

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Teve este Grupo Parlamentar conhecimento, por denúncia da Delegação de Arouca da Ordem dos Advogados, da falta de pessoal e meios nos serviços do Ministério Público de Arouca.

Esta situação, que não é nova, agravou-se subitamente com a deslocação de um dos Oficiais de Justiça para a Comarca do Porto, deixando os serviços do Ministério Público de Arouca com apenas uma única Senhora Oficial de Justiça.

Todo o trabalho que estes serviços prestam à comunidade é posto em causa com esta deslocação. É manifestamente insuficiente uma única Oficial de Justiça para sequer dar entrada de todos documentos nos serviços do Ministério Público de Arouca, no qual são tramitados processos de Família e Menores, Promoção e Proteção de Menores e Processos Tutelares Educativos, para além dos Inquéritos Criminais.

É uma situação insustentável, agravada com o regresso da competência material nos processos de Família e Menores à Instância Local de Arouca, regresso este, apesar de ter sido muito positivo pois aproxima esta matéria de extrema importância às populações, implica uma sobrecarga nos serviços do Ministério Público já à data com falta de meios materiais e humanos de resposta.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra da Justiça, as seguintes perguntas:*

- 1 - Tem o Ministério da Justiça conhecimento desta situação?
- 2 – Que ações vão ser tomadas pelo Ministério da Justiça para que os serviços do Ministério Público de Arouca sejam providos de recursos técnicos e humanos para que possam realizar as funções que lhe compete?
- 3 – Que ações vão ser tomadas pelo Ministério da Justiça para que no futuro o trabalho realizado por estes serviços não seja posto em causa por ações ou omissões de gestão destes

serviços, essenciais ao exercício democrático de proximidade de cidadania?

Palácio de São Bento, 16 de novembro de 2020

Deputado(a)s

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)

MOISÉS FERREIRA(BE)

NELSON PERALTA(BE)